

GOVERNABILIDADE E PERSPECTIVAS PARA O PAPEL POLÍTICO DOS MILITARES NO BRASIL

Kátia Marly Mendonça **BARRETO**
Departamento de Ciências Sócio-
Políticas da UFPA.

Análise da crise de governabilidade presente no governo de Fernando Collor de Mello e suas relações com a institucionalização do regime democrático e com o papel político dos militares no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Governabilidade, estabilidade, legitimidade, democracia.

Analysis of the crisis of governability in the Collor's government and this relations to institutionalization of democratic regime and the military's politic rule in Brazil.

KEY WORDS: Governability, stability, legitimacy, democracy.

1 A QUESTÃO DA GOVERNABILIDADE NO BRASIL ATUAL: ALGUNS ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

O Brasil, hoje decorridos quase dois anos das eleições presidenciais diretas que marcaram a reinstauração formal do regime democrático, enfrenta um processo similar ao que ocorre em outros países da América Latina, onde à decadência da civilização e da economia, apesar da democracia, soma-se a presença de uma crise de governabilidade que se não atingiu, ainda, níveis extremos, apesar de dramáticos já o serem, está aparentemente caminhando para isso.

Crise de governabilidade pressupõe um quadro onde capacidade e recursos do governo entram em choque com as demandas e apoio por

parte da sociedade, colocando em risco não apenas o governo mas o próprio regime político¹.

Falando-se de crise de governabilidade está se falando de um processo e não de uma situação acabada. Processo esse que envolve uma crise global, a qual se apresenta sob múltiplos aspectos, ou melhor, múltiplas crises: de legitimidade, fiscal e institucional entre outras. Por isso, fica difícil atribuir à crise de governabilidade uma única origem ou encará-la sob um único viés.

Pretendemos, assim, neste trabalho, fazer uma contribuição de caráter preliminar, para a discussão sobre a relação entre governabilidade, democracia e o papel político das Forças Armadas na atualidade brasileira.

Tal discussão nos parece importante na medida em que, se em outros países de tradição democrática a relação entre os temas acima não é uma relação direta, o mesmo não se pode dizer da América Latina e do Brasil. Atores de importância crucial no cenário político, não se pode discutir os rumos da democracia no Brasil e da atual crise de governabilidade sem avaliar e questionar o papel político das Forças Armadas.

Comparativamente ao governo Sarney, a crise fiscal do Estado aprofundou-se em proporções jamais vistas depois de finda a Primeira República.

O impasse decorrente do fracasso dos sucessivos *choques* econômicos permanece. O quadro estagflationário, apesar de combatido ao custo de uma recessão sem precedentes, não desapareceu, conduzindo o Estado a uma situação pré-falimentar onde serviços essenciais, como saúde e educação por exemplo, estão deteriorados e quase que paralisados, o que atinge principalmente a população de baixa renda.

Se por um lado os recursos são escassos, por outro, os existentes são mal alocados. A falta de eficácia revela-se, assim, não apenas produto

1 A esse respeito vide Norberto BOBBIO et al. (1986); MARTINS, (1989).

de uma crise fiscal, mas também de uma gestão patrimonialista dos bens públicos².

No que se refere à questão do consenso dos governados em relação ao governo, consideramos melhor, do ponto de vista analítico, utilizarmos a noção de legitimidade, a qual ultrapassa a mera situação consensual, pois implica crença por parte dos cidadãos e grupos sociais na validade do governo e de suas práticas.

Podemos considerar no processo de legitimação dois níveis envolvendo os legitimadores: o nível da sociedade organizada e o nível difuso ou das massas (LAMOUNIER, 1979). O primeiro congrega as diferentes organizações sociais e em especial as suas elites, e o segundo, é o nível não-organizado constituído pela grande massa de cidadãos, os quais, mesmo se em última instância são ligados a organizações, correspondem a uma parcela mais atomizada que constitui a base das mesmas. É evidente que o ascenso de Collor e sua eleição teve fundamentalmente o apoio deste último nível³.

Por outro lado, a legitimação pode se dar em relação à comunidade política, ao regime e/ou ao governo. A primeira forma coloca em questão a fidelidade do Estado nacional e a unidade territorial e/ou nacional, o que não é o caso do Brasil, hoje. Entretanto, há evidentes sinais de erosão de legitimidade no nível do governo e de seus ocupantes⁴. Aqui,

2 ROSE (1980) que aborda a questão da governabilidade como sendo uma crise de autoridade, destaca dois elementos básicos para a manutenção da autoridade de um governo: a eficácia dos governantes e consenso por parte dos governados. Apesar dos limites dessa abordagem que privilegia a crise fiscal como estando na origem da crise de governabilidade, os parâmetros acima são, sem dúvida, importantes para fins analíticos.

3 Ver MOISÉS, J. A. Eleições, participação e cultura política. *Revista Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 22, dez. 1990.

4 Segundo pesquisa Datafolha de 23.04.91, 51% da população considera o governo Collor péssimo ou ruim. In: Folha de São Paulo, 06.05.91.

cabe fazermos uma breve observação: nossa visão de legitimidade não se limita a ela enquanto um fenômeno em que um governo, desde que aliçado de acordo com as regras de um regime legítimo, necessariamente também o seja. Concordamos com LAMOUNIER (1979): a contestação pode dar-se em relação aos eventuais ocupantes do poder. Essa concepção é diferente da de autores como Lúcio Levi, por exemplo, para o qual a aceitação do regime implica aceitação do governo que pode, no máximo, ter oposição mas não contestada sua legitimidade (BOBBIO et al., 1986).

As expectativas em relação ao governo de Collor eram muito grandes quando de sua posse, em razão de ele simbolizar uma ruptura com o regime autoritário e com o continuísmo de José Sarney. Isso foi habilmente aproveitado durante a campanha eleitoral com lemas como “levar o país à modernidade”, “combate à corrupção”, “caça aos marajás”, etc. Além do que, a implantação da democracia formal significava, para a grande maioria da população, mudanças substantivas em sua qualidade de vida, com a resolução de problemas crônicos e cada vez mais agudos como a miséria e o analfabetismo.

Dado o elevado grau de expectativas, o seu não-cumprimento levou a legitimidade do governo a um desgaste muito mais acelerado do que o ocorrido no período de Sarney.

As ações políticas de Collor são substancialmente calcadas em elementos simbólicos orientados por um intenso *marketing*: e se no início surtiam efeitos em associar o governo à modernidade, juventude e ruptura com o passado, parecem estar rapidamente se desgastando e caindo no vazio.

Articulando-se com a crise de governabilidade em um processo de determinação recíproca, a erosão de legitimidade do governo coloca em risco a legitimidade do próprio regime ainda fragilmente institucionalizado.

Ocorre também uma crise institucional atingindo o Legislativo e os partidos políticos que vêem sua credibilidade diminuída diante da população. Exemplo disso é a pesquisa de opinião onde o Exército está para a classe média de quatro grandes capitais, em quarto lugar entre as instituições mais confiáveis, atrás da família, da ciência/tecnologia e da arte.

Ainda nesta pesquisa os partidos políticos ficam no extremo da escala, em último lugar e, o governo, também muito abaixo dos militares⁵.

A pesquisa foi realizada em setembro de 1990, época em que o governo, que ensaiava uma tentativa de pacto social, durante a vigência do Plano Collor I, ainda mantinha razoáveis níveis de aceitação entre a população.

Em um processo perverso, a crise de credibilidade agrava a crise partidária, na qual os partidos tradicionais ou de direita perdem-se nos labirintos das mordomias, da corrupção e das práticas patrimonialistas em geral. Por outro lado, os partidos de esquerda encontram-se, desde os acontecimentos no Leste europeu, em grave crise de identidade que os lançou em um estado de paralisia onde não são formuladas propostas alternativas às decisões governamentais.

O sistema político vê-se, assim, em vias de uma paralisia decisória, já que o Poder Executivo não dispõe de base parlamentar sólida e tampouco a oposição apresenta, no momento, capacidade de apresentar alternativas concretas às decisões do Executivo. Este, por enquanto, tem evitado esse estado de paralisia editando de forma abusiva e, em muitos casos, inconstitucional, Medidas Provisórias e conduzindo deste modo o Poder Judiciário ao papel de árbitro. Papel esse, entretanto, que longe de caracterizar o equilíbrio dos Três Poderes, assume a forma de um desequilíbrio, o qual, como alertou recentemente FAORO, aponta para a possibilidade do Judiciário vir a ser submetido à vontade imperial do Executivo já que estamos diante de um Legislativo fragilizado.

A crise da democracia nas sociedades pós-industriais se revela na diminuição dos cidadãos em assuntos importantes e, em uma apatia considerável, em relação ao sistema político.

5 Fonte: STANDARD, OGILVY & MATHER, *Listening Post*, n. 59, out/90. Entrevistas realizadas em set/90 entre a classe média das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

A ordem das instituições em grau decrescente de credibilidade é: Família, Ciência/tecnologia, Artes, Exército, Publicidade, Universidade, Igreja, Imprensa, Sindicatos, Governo, Feder. da Ind. e Com., Empresários, Bancos/Banqueiros, Polícia e Partidos Políticos.

Entre nós, contudo, a apatia não parece provocada por uma situação onde, atendidas as necessidades básicas da maioria da população, o aumento da burocratização e a autonomização do sistema político conduzem a uma diminuição na participação efetiva do cidadão.

Não é um desencanto típico da modernidade, na linha de diagnóstico weberiano, onde os deuses perdem espaço e encontram o seu ocaso. Aqui, ao contrário, buscam-se deuses, pais, salvadores da pátria, enfim, qualquer um que nos conduza à tão sonhada redenção. Ainda somos um continente encantado, lembra RICHARD MORSE (1988).

A apatia, em suas cores latinas, oculta a desesperança e mesmo o desespero⁶ em face de uma democracia nunca alcançada completamente; onde é brutal a separação entre o seu lado formal e o seu lado substantivo. Aqui, o fenômeno do desencantamento e racionalização do mundo se concretiza às avessas. É o lugar onde práticas arcaicas convivem com estruturas políticas modernas dando margem àquele “sentimento de perda de lugar no mundo” do qual nos fala WEFFORT (1990).

Há, ainda nesse quadro de crise global, uma especificidade latino-americana, que é o agravamento da marginalização econômica e política da região dentro do novo quadro de relações internacionais.

A marginalização do Brasil, no sentido aqui indicado, é fruto de um modelo de industrialização dependente e que se tornou obsoleto; é parte de um processo de subdesenvolvimento.

Não é este o espaço para serem discutidas as diferentes teorias do subdesenvolvimento; entretanto, não podemos deixar de recordar EDUARDO GALEANO quando disse:

6 Segundo STANDARD, OGILVY e MATHER, *Listening Post*, n. 60, fev/91. 62% dos entrevistados declarou seu estado de ânimo em relação ao país como “desesperado, pessimista, triste, etc”. Entrevista realizada entre a classe média de S. Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife em jan./91.

“... o que assistimos não é a infância selvagem do capitalismo, mas a sua cruenta decrepitude. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É sua conseqüência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio (...). Impotente pela função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro” (GALEANO, 1983, p. 307).

Encontramo-nos marginalizados no quadro das relações econômicas mundiais onde ocorre a formação de quatro megablocos: o europeu (CEE); o norte-americano (EUA, Canadá, México e possível integração dos países do Caribe e América Central), o Leste europeu lutando para integrar-se à Comunidade Econômica Européia e, por fim, o bloco asiático sob a liderança do Japão, este investindo significativamente na China, Índia, Indonésia e Austrália (MOREIRA, 1989).

Nesta nova conformação das relações econômicas mundiais ocorre o esgotamento do modelo de remessa de fluxos financeiros do centro para a periferia e de recursos materiais desta para o centro. Nesse sentido, Marcílio Marques Moreira destaca que “caso formos incapazes de redefinir nossa presença no mundo, poder-se-ia vir a conformar a vocação periférica marginal da região que se arrisca a permanecer uma espécie de apêndice solto no mundo” (MOREIRA, 1989, p. 19).

Com isso, as tensões sociais internas são agravadas, podendo chegar à eclosão de uma ruptura social⁷, cujos sinais já são indicados no aumento vertiginoso da violência, da criminalidade e no desejo da população em, para escamotear sua revolta, encontrar bodes expiatórios como se vê, por exemplo, na ressonância que está encontrando na sociedade, a proposta de adoção de pena de morte.

7 A esse respeito vide ALAIN TOURAINE, entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, 30/maio/1991.

2 AS INCERTEZAS DE UM PROCESSO: RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA E GOVERNABILIDADE NO BRASIL ATUAL

Como apontamos anteriormente, a crise de governabilidade no Brasil ocorre em um regime fragilmente institucionalizado. Assim, há uma permanente instabilidade no ar que não se refere àquela incerteza típica das democracias, mas, como lembra WEFFORT, “acompanha o processo histórico de países recém-saídos dos regimes autoritários e diz respeito às próprias possibilidades de implantação de um regime democrático” (WEFFORT, 1989).

Falar em estabilidade política no Brasil é, portanto, pensá-la em termos de uma democracia substantivamente frágil. Assim, o composto resultante de crise de governabilidade e baixa institucionalização eleva em grau superlativo, cremos, a instabilidade do regime.

No caso brasileiro há ainda algumas especificidades que agravam tal situação, tais como a cultura política das elites, a qual possui caráter marcadamente tradicional, calcada em valores e práticas patrimonialistas e, ainda, a presença de um certo ranço autoritário no interior da sociedade, o que pode conduzir algumas de suas parcelas a apoiarem virtuais intervenções militares e retrocessos políticos em caso de agravamento das tensões sociais.

Não queremos, com isso, afirmar que não ocorreram avanços significativos em termos de cultura política democrática no país, mas achamos que não se pode apostar na consolidação de tais valores a ponto de não vermos a possibilidade de que, aprofundada a crise social, a democracia seja colocada em questão. Até porque esta, para a massa miserável na Nação, teve seu processo de reimplantação associado a expectativas de melhorias substanciais na qualidade de vida, que não ocorreram.

Resumindo, podemos alinhar alguns elementos que consideramos constritores da estabilidade do regime democrático no Brasil atual:

- processo de crise de governabilidade nos níveis analisados;
- alargamento do fosso existente entre democracia formal e democracia substantiva;
- permanência de práticas e cultura política tradicionais, de caráter patrimonial, no seio das elites;

- crescente sentimento de desesperança no interior da sociedade;
- estado de anomia onde a solução para a crise de credibilidade das instituições é procurada na violência e no crime;
- marginalidade econômica e política do Brasil no cenário internacional;
- debilidade da Constituição como reflexo da fragilidade institucional. Antes de sua total regulamentação, já há campanha por parte do governo no sentido de alterá-la;
- institucionalização histórica do papel dos militares como intervenores na política e,
- manutenção da autonomia e capacidade de intervenção das Forças Armadas.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS PARA O PAPEL POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS

Quando se fala da orientação dos militares no sentido de intervir na política, surge a teoria do *desemprego estrutural* como possibilidade explicativa (COELHO, 1985), em razão da ausência de utilização das Forças Armadas dentro do papel clássico de defesa externa, percepção essa já demonstrada por GÓES MONTEIRO na década de trinta.

Entretanto, como já tive oportunidade de anteriormente destacar⁸, apesar de importante, a tese do desemprego estrutural é insuficiente para explicar o caráter intervencionista dos militares no Brasil. E entre outros aspectos, que possivelmente contribuem para o fenômeno, convém destacar a estrutura e cultura políticas de cunho patrimonial-burocrático e a fragilidade das organizações da sociedade civil.

8 Vide BARRETO, Kátia Marly Mendonça. Forças Armadas e Amazônia na conjuntura política atual. *Cadernos do CFCH*, Belém, n. 22, out./dez. 1990.

Apesar das mudanças rumo a uma cultura e estrutura políticas democráticas, este primeiro ano de governo não nos permite uma posição de otimismo e sim de cautela em relação à capacidade de reação, organização e pressão da sociedade civil no sentido de ampliar e conservar a democracia.

Assim, agregados elementos, tais como a mudança interna do regime político, mudanças externas como as ocorridas no Leste Europeu, além do já falado desemprego estrutural, verifica-se a presença de uma crise existencial no interior das Forças Armadas, fato esse reconhecido inclusive por alguns de seus membros mais destacados.

Reconhecendo o problema o Alm. Armando A. F. VIDIGAL destaca que “a crise existencial dos militares representará um perigo para a sociedade, pois ela gerará ou a perda da dedicação dos militares as suas tarefas específicas ligadas à defesa, por não as julgarem necessárias, ou um esforço para manter válidas algumas das motivações que a análise imparcial repudiou. . . , como lembra o autor, é o caso do *inimigo interno* (VIDIGAL, 1989, p. 312).

Vejamos, a seguir, para fins de discussão, alguns elementos que consideramos presentes na crise existencial⁹ das Forças Armadas.

a) As mudanças no Leste Europeu, com o final dos regimes totalitários e do socialismo *real* provocam tensões ideológicas entre os militares brasileiros, inclusive pelo esgotamento do modelo de *inimigo interno* até então adotado no plano doutrinário.

b) O fim do regime autoritário leva as Forças Armadas a um vazio ocupacional para cuja solução a Amazônia recupera os contornos de um móvel de defesa – desta vez com feições de caráter ecológico – em torno do qual se desenvolve um discurso nacionalista, comparado por alguns

⁹ Crise existencial é utilizada aqui em sentido mais amplo do empregado pelo Alm. Vidigal, referindo-se a uma situação onde não ocorre apenas o desemprego estrutural dos militares, mas uma crise mais ampla que diz respeito à identidade ideológica e organizacional das Forças Armadas, colocando em xeque sua cultura e clima organizacionais.

militares como similar em importância à campanha pela nacionalização do petróleo ocorrida na década de 50 (motivados, assim, por essas preocupações é que os militares elaboraram o Plano Calha Norte).

No caso da Amazônia, a busca de novos inimigos leva à construção de um novo modelo onde são tomados conjuntamente os países capitalistas ocidentais, a mídia nacional, a Igreja, as multinacionais, parcelas das áreas artísticas e intelectuais assim como organizações ecológicas¹⁰.

c) Conjuntamente, em razão do esgotamento do modelo econômico vigente nos últimos anos e da grave crise fiscal do Estado, os militares enfrentaram problemas tais como obsolescência bélica, crise orçamentária e crise salarial. Estas questões, principalmente a última, provocam grande impacto sobre o clima organizacional das Forças Armadas, provocando grandes insatisfações expressas na elevada panfletagem presente nos quartéis e nos recorrentes discursos da alta hierarquia, alertando para a insatisfação em relação aos níveis salariais.

d) Em decorrência principalmente do quadro acima, a utopia do *Brasil Potência*, tão caramente construído pelos militares, tem sua viabilidade questionada, o que, sem dúvida, deve causar profundo desconforto entre a oficialidade como o demonstram as frequentes reclamações de seus integrantes quando à *falta de verbas, campanha de desmoralização das Forças Armadas, revanchismo contra os militares, etc.*

Alguns desdobramentos possíveis da crise existencial das Forças Armadas e seus reflexos sobre o cenário político nacional, podem ser indicados:

a) A crise de governabilidade e instabilidade do regime são, a nosso ver, fatores potenciais para o estímulo ao *messianismo organizacional* das Forças Armadas, configurado na crença por parte de setores da sociedade e dos militares, de que estes, justamente por serem militares, são dotados de competência e patriotismo para salvar o país. Como vimos atrás, o Exército detém mais credibilidade do que as instituições partidárias, diante da população.

¹⁰ Ver a esse respeito a Escola Superior de Guerra, *Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001*, Rio de Janeiro, 1990.

b) São evidentes os indícios de preservação da autonomia militar dentro do Estado, o que se revela, por exemplo, na continuidade do caráter clandestino do Programa Nuclear. Manifesta-se, também, em fatos como o pronunciamento dos generais contra a rejeição, pelo Congresso, da Medida Provisória 296. A rejeição que se deu em função da inconstitucionalidade da Medida por esta conceder aumentos diferenciados para civis e militares. Apesar disso, os militares criticaram severamente o Congresso em nota oficial e, não satisfeitos, Exército e Marinha, em um claro desrespeito à decisão do Poder Legislativo, pagaram novamente em julho seus funcionários pelos índices estabelecidos naquela Medida.

Nesse caso, a não-reação da Presidência da República e dos partidos políticos indica que a institucionalização de práticas e valores democráticos ainda está longe de excluir-nos da categoria de sociedade que HUNTINGTON denominou de *pretorianas* (HUNTINGTON, 1975).

c) Ainda no que se refere à questão salarial dos militares. O fato é que ela, articulada com os outros componentes da crise existencial das Forças Armadas, pode vir a fortalecer lideranças paralelas no interior da organização, o que se é motivo de preocupação para a alta hierarquia, também deveria sê-lo para a sociedade civil: a história demonstra que em situações onde esses ingredientes são somados e ao mesmo tempo ocorre ameaça à hierarquia e à disciplina, os militares não hesitam em intervir no processo político.

Nesse sentido, não deixam de ser sintomáticas do clima existente no interior das Forças Armadas, manifestações de lideranças paralelas, como é o caso do Presidente do Clube Naval, Alm. Wandir Siqueira, onde em um recurso judicial por salários denuncia "a República das Alagoas, o perdão das dívidas dos usineiros, contratos de altos salários com dona Belisa Ribeiro", e o fato de haver "dinheiro sobrando para alguns"¹¹ e não para pagar os militares.

11 Coluna do jornalista Jânio de Freitas, *Folha de S. Paulo*, 17/jul./1991.

Esses fatores acima descritos, articulando-se com a crise de governabilidade descrita, podem levar o jogo político a um perigoso impasse onde o alto grau de incerteza quanto aos rumos do país abre a possibilidade dos militares efetuarem uma virtual intervenção. Neste caso, se não podemos esquecer 1964, é importante que também não esqueçamos 1937!

O novo *inimigo interno* não é difícil de ser localizado. Ele está aí: é o estado caótico desta América Latina, na qual se inspirou Joseph Conrad para construir sua célebre República de Costaguana, a qual vivia oscilando viciosamente entre governos populistas e ditaduras militares.

Ao final, resta-nos a pergunta: será a democracia possível aqui? Ou será que jamais escaparemos da profecia de Símon Bolívar ao dizer: "Nunca seremos afortunados. Nunca!"?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Kátia Marly Mendonça. Forças Armadas e Amazônia na conjuntura política atual. *Cadernos do CFCH*, Belém, n. 22, p. 1-98, out./dez. 1990.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.
- COELHO, Edmundo Campos. A Constituinte e o papel das Forças Armadas. *Revista Política e Estratégia*, v.3, n. 3, jul./set. 1985.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 307.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Trad. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, São Paulo: UNB, 1975.

- LAMOUNIER, Bolivar. O discurso e o processo. In: RATTNER, Henrique (Org.) *Brasil 1990*, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LEVI, Lúcio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986. p. 675-679.
- MARTINS, Luciano. Ação política e governabilidade na transição brasileira. In: MOISÉS, J. A., ALBUQUERQUE, J. A. (Orgs.) *Dilemas de consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, J. A. Eleições, participação e cultura política. *Revista Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 22, dez. 1990.
- MOREIRA, Marclio Marques. O Brasil no contexto internacional do final do século XX. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 18, ago. 1989.
- MORSE, Richard M. *O espelho do próspero: cultura e idéias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ROSE, Richard. *Challenge to governance, studies in overloaded politics*. London, Sage Publications, 1980.
- VIDIGAL, Armando A. F. Uma nova concepção estratégica para o Brasil. *Revista Política e Estratégia*, v. 3, n. 3, p. 312, jul./set. 1989.
- WEFFORT, Francisco. A América errada. *Revista Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n. 21, set. 1989.
- _____. Incertezas da transição na América Latina. In: MOISÉS, J. A., ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.) *Dilemas da consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

Composição: Maria Auxiliadora Prado

Paginação: Cristóvam Lisboa

Impressão e Acabamento



Trav. Rui Barbosa, 491 – Reduto
Belém – Pará – 66.053-260